



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 7

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 03-03-2006

Aos três dias do mês de Março de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Fernando José Florentino Marques, Vasco Manuel Dias Lopes, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Orlando Eduardo da Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António dos Santos Costa, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Manuel Arede de Jesus, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
Armando Manuel Dinis Vieira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe (entrou às 21:30 horas), Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins (entrou às 21:20 horas) e Margarida Dias Ferreira.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira e Paulo Jorge Barreto Marques Maia e António Manuel Carvalho Serra Granjeia pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Vasco Dias Silva Lopes e Jorge Manuel do Nascimento, respectivamente.
Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para a Comunicação Escrita a apresentação dos assuntos abordados, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP)

(Entraram na sala os Vogais Casimiro Simões Calafate e Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira)

Vogal João Barbosa (PS)

(Entrou na Sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD)

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu começava por me referir, à comunicação do Senhor Presidente da Câmara, independentemente de achar que ao fim de quatro meses, talvez já fosse tempo de vermos outras novidades inscritas nesta própria comunicação, no entanto, referindo-me a capacidade de endividamento, que é referida (117%), tendo em conta a lei que gere o calculo dessa capacidade de endividamento, tendo em conta até a própria divida do município, chegamos facilmente à conclusão, que para o ano de 2007, a capacidade de endividamento vai reduzir-se substancialmente, porque se repararmos que um dos itens necessários para o calculo dessa capacidade de endividamento, é também exactamente o investimento do ano em curso, neste caso o ano 2006; é conhecido de todos o investimento que vai haver este ano é reduzido de tal maneira que é um dos factores a juntar portanto no calculo que vai fazer aumentar a percentagem de 117% para cento e muitos, quiçá 200%, o que de certa maneira vai reduzir, independentemente de se pôr em causa, e temos posto em causa em anteriores reuniões da Assembleia Municipal, o método de calculo desta capacidade de endividamento. Depois um pedido que gostava de fazer, para as próximas comunicações do Senhor Presidente, é que relativamente aos montantes apontados quer os que tenham a ver com o QCA III, quer com o FEDER, poderiam os montantes assinalados ter à frente entre parentese, o montante referido na comunicação anterior, isto porque nos facilitava a vida fazer o calculo e a comparação com o valor que estava na comunicação anterior.

Um ponto que nós achamos importante e pelo qual nos regozijamos, é efectivamente o lançamento do concurso para a construção do Jardim-escola das Barrocas. É extremamente importante, no entanto isto faz-nos lembrar, - e vamos referi-lo porque achamos que atitudes destas, não são convenientes e pensamos que não se deverão repetir, faz-nos lembrar a

história que se passou com a iluminação do “Espaço mais”. O Espaço mais, creio que toda a gente sabe, será quase que uma ocupação de tempos livres para alunos que não têm ocupação de tempos livres normal nas escolas secundárias. Ora isto tem a ver, e teve como justificativo ao que eu sei, o alargar de competências fundamentalmente pelas Juntas de Freguesia, situação que nós achamos extremamente meritória; defendemo-la e partilhamos completamente também essa situação, de distribuir competências pelas Juntas de Freguesia, desde que também acompanhadas do respectivo poder económico, para que possam por cobro a essas competências. No entanto, o termo deste “Espaço mais”, foi de um momento para o outro. Foi no final de Dezembro, acabou logo no início das férias do Natal, os pais não foram avisados, e efectivamente parece-me que há aqui uma situação que está ao contrário. É que de facto, se é a distribuição de competências por outras entidades, antes dever-se ia fazer essa distribuição de competências, e então aí depois, acabar a competência da câmara no Espaço mais. No entanto, assim parece-nos que foi para acabar com esta situação que existia, nas freguesias de Esgueira e de Cacia.

Depois não posso deixar de recordar os pontos que na sessão anterior desta reunião levantei, relativamente às Agrad do Norte, e tem a ver com as estradas, etc.

Por último uma questão que não será talvez das mais simpáticas, mas que no entanto, eu até na minha condição de associado antigo e de beiramarense convicto, não posso deixar de colocar aqui: - havia um protocolo para cedência do estádio e da ocupação do estádio ao clube residente, ao Beira-mar; sou sócio antigo, n.º 273 do Beira-mar, portanto estou perfeitamente à vontade para falar. O que acontece nesta situação, é que o protocolo previa a sua renegociação no caso do Beira-mar descer da Super Liga para a Liga de Honra; esta situação não foi vista, - é obvio que não foi por este executivo, mas não foi vista, e este executivo anunciou já que vai fazer a revisão do protocolo, agora no final desta época desportiva. É obvio que todos esperamos que no final desta época desportiva, o Beira-mar esteja de novo na Super Liga. Eu espero e aliás, creio que toda a gente o espera. E pelos vistos isso irá acontecer, se tivermos em atenção ao rumo que as coisas estão a levar, embora com muita sorte diga-se de passagem.

No entanto, esta questão irá fazer, - quase que direi, a renovação do protocolo existente com o beira-mar. Portanto, houve um ano aqui em que o Beira-mar foi altamente beneficiado, em termos de protocolo com a Câmara Municipal de Aveiro. Não é que eu condene o benefício do Beira-mar, porque sou beiramarense, mas no entanto isto criou uma responsabilidade enorme à Câmara: - é que outras colectividades, vão também ter o direito a sentir-se beneficiadas em situações futuras. E seria bom que a Câmara não esquece-se esta situação que pode criar a injustiça perante as outras colectividades do concelho de Aveiro também.”

(Entrou na sala o Vogal João António Fernandes Pedroso)

Vogal Carlos Martins (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ▲

“Gostaria de perguntar o que é que a câmara pensa fazer, qual é a solução definitiva para o túnel da Avenida? O túnel tal como está não serve a ninguém! Parece-me que o centro de Aveiro ficou sem a possibilidade de ter atravessamentos na Avenida, principalmente quem vem de sul e quer ir para norte. Parece-me que a solução de fazer com que os automobilistas que venham de sul tenham que contornar e passar em frente à estação de caminhos-de-ferro, não me parece que seja a melhor solução. E também o evitar o atravessamento para se poder descer a avenida de quem vem de sul, também me parece que dá grandes constrangimentos de trânsito e de transtorno, tanto mais que não há sinalética que possa indicar os percursos

alternativos às pessoas. Ou as pessoas conhecem o local e conseguem resolver o seu problema, e ter mobilidade, ou caso contrário não têm e por isso, há que haver uma intervenção naquela zona, tem que haver, porque tal como está não serve o centro da cidade. Gostaria também de realçar o bom exemplo que a câmara municipal de Aveiro está a dar, a integrar reclusos em ocupação laboral. Penso que é um bom exemplo que a câmara municipal de Aveiro está a dar, que era bom que fosse entendido por todos os cidadãos aveirenses que se pudesse estender a outras empresas, porque muitas vezes a ideia que nós temos das prisões, é que a prisão serve para punir e a visão que tem que haver da prisão, é que a prisão deve servir para reinserir. E aquilo que temos verificado é que as nossas prisões não inserem ninguém na nossa sociedade, antes pelo contrário, excluem as pessoas da sociedade, e isso nós temos que contrariar; queremos que toda a gente participe na nossa sociedade, que haja segurança e haver segurança não é ter pessoas nas prisões, - “fica para ai”, como sendo uma punição.

Há instituições que se têm preocupado com esta problemática, e há soluções que neste momento existem em Aveiro, - lembro-me de uma instituição que tem trabalhado nesta área, as Florinhas do Vouga, e acho que era importantíssimo que a câmara continuasse a apoiar, sei que tem apoiado, sei que há um protocolo para que finalmente se construa o edifício das Florinhas do Vouga, que fica junto ao cemitério por trás da Sé – o “Domus Eclésia”, penso que é assim que se chama o edifício, era importante que pudesse ser construído, para podermos ter mais uma estrutura física também, de apoio à inserção. Porque muitas vezes nós esquecemo-nos que temos uma cadeia mesmo no centro da nossa cidade. Isso é bom, mas também é mau. É bom, porque o facto de termos um estabelecimento prisional na nossa cidade não damos por ele, - e isso é bom, quer dizer que não há problemas, mas também é mau porque esses problemas existem! Aquilo que nós temos é um conjunto de pessoas que evitam que esses problemas possam ser maiores, porque procuram inserir, mas que seria uma dinâmica de todos, e por isso é ótimo que esta câmara tenha já dado este sinal, de que é preciso inserir estas pessoas como cidadãos de pleno direito, como todas as outras.

Quanto à capacidade de endividamento, é realmente 117%! Se não é este valor, é outro valor qualquer, não porque o endividamento tenha aumentado, mas sim porque a formula de endividamento tem um denominador que agora é muito mais pequeno, e por isso era uma situação que nós já tínhamos alertado há vários anos, quando a anterior maioria socialista, se regozijava de ter capacidades de endividamento de 20%, só tinha a ver com o facto do denominador nessa altura ser muito elevado porque, o endividamento já lá estava e aquilo que nós neste momento estamos a constatar, é a triste realidade, mas que nós sabíamos que no futuro ia ser assim. E estamos neste momento a viver já esse futuro, vamos lá ver como é que nós poderemos resolver e temos que encontrar soluções, e esta é mais uma prova de que são urgentes as soluções que temos que encontrar para resolver o problema, para não hipotecarmos todo o investimento que possamos fazer no nosso município.”

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar, eu não me congratulo nada, nem muito nem pouco, com o facto do nosso Presidente da Câmara, ter intervenções muito curtas e que remete para a nossa leitura dos documentos a sua intervenção: - “eu não intervenho, porque vocês receberam os documentos em tempo e podem falar sobre eles”. O que é verdade é que estão aqui pessoas que não receberam o documento, está aqui gente do público e portanto, merece algum respeito, e de alguma maneira, merece alguma explicação, e é preciso também que se diga que nas intervenções orais, esclarece-se, enriquece-se, dá-se mais carne a um esqueleto que

está escrito. De facto a intervenção escrita, nós podemos dizer: - é pobre! Podia dizer assim: - ao fim de três meses, de cem dias, nós desculpamos a pobreza da intervenção escrita, mas está cá escrito o que é essencial, porque depois ela depois é acompanhada de um grande conjunto de instrumentos de leitura, próprios técnicos.

Mas, na Assembleia, neste fórum, nós precisamos da riqueza que tem a ver com as explicações, com o eu dizer: - eu fiz assim, eu fiz este documento por esta ou por aquela razão. Eu comprometo-me naquele sentido, eu enriqueço com a tonalidade, com a força que dou nesta ideia, mais do que naquela, e portanto eu posso dar percursos de vida às pessoas que vêm aqui para me criticar para me acompanhar, para me levar para diante, para apoiar ou não.

A minha posição, é que nesta intervenção há muitos aspectos que devem ser apoiados, eu estou a falar das coisas que pescamos aqui e ali; eu pesco que há estudos de polidesportivos, que há uma coisa sobre a “minha” escola. Pesca-se aqui e ali uma coisa, Sá-Barrocas; nós pescamos várias coisas! – E pescamo-las dispersas, mas num relatório que, que no que diz respeito à intervenção é muito curta, no que diz respeito às questões técnicas, para mim que não estive presente no passado, sou novo aqui, devo dizer que peca por não ter sínteses que instruem a descrição, a listagem exaustiva dos assuntos. A listagem exaustiva é uma listagem exaustiva, para eu poder segui-la com cuidado, é uma coisa perfeitamente dramática, porque é uma listagem de coisas, uma a uma. Qualquer pessoa tem dificuldade em seguir tal listagem. Qual é a minha posição sobre isto? – Não fazer nenhum juízo de valor sobre os cem dias, eu pedia que sempre que possível a Câmara pudesse, perante esta Assembleia e perante o público em geral, tomar a posição de esclarecer o mais possível a sua posição, fazendo sínteses de percursos, de cada uma das divisões, e fazendo sínteses no próprio instrumento, fundados deste documento todo. E particularmente eu diria que era conveniente mesmo, que a câmara falasse! Vamos ser claros. Porque não estamos cá todos na posse do documento. É conveniente que a câmara fale e não pode atrasar isso eternamente. Na minha opinião e eu anseio por acreditar nas pessoas, eu preciso de as ouvir falar, de as ouvir discutir defender esta opinião, em vez daquela e preciso de as ouvir de viva voz, porque eu preciso de acreditar nas pessoas, mesmo quando discordo delas.

O Bloco de Esquerda nesta altura, dos noventa dias, vem dizer que muitos dos assuntos não lhe merecem reparo, vem dizer que algumas das coisas merecem-lhe apoio, nomeadamente as questões das escolas, etc., vem dizer que é curto, pelo que se disse para a inovação, para a criatividade, para resolver o problema da dívida, é curto o que cá está escrito, vem dizer que para o público em geral, e para quem estuda isto, ver as contas consolidadas porque elas são umas seguidas às outras e portanto há aí diferenças que têm que ser consolidadas e que nós não sabemos qual é o verdadeiro significado, mesmo naquilo que é preciso ver como execução orçamental, não é tão fácil assim ver o que é que há, são diferenças muito pequenas. Vem dizer que ainda há pouca imaginação se nós pensarmos que há vinte e quatro milhões, e depois há quatrocentos e sessenta e nove mil que estão neste momento para pagamento de dívidas de curto prazo, venho dizer que há coisas que precisam de ser explicadas, e não é claramente por falta de fé, é porque precisamos mesmo de ouvir; e o que eu digo à câmara é isso mesmo, precisamos de ouvir a câmara. Não é por nenhuma razão especial, precisamos de ouvir.

Só mais uma questão que é importante, que é: - alguns dos acontecimentos que são aqui apresentados como molas impulsionadoras, ou já estavam previstos, ou então não são molas impulsionadoras em si mesmas; por exemplo, apresentar como grande movimento, só o problema do futebol, embora seja muito importante não nos serve para nós sabermos qual é o caminho, porque é um acontecimento, é um happy fenómeno, - aparece naquela altura, mas como é que eu o vou usar antes, como é que eu o vou usar de pois, o que é que eu faço a seguir? Quem são os intervenientes? - Na minha opinião, é preciso que a câmara fale dos

acontecimentos; do que os precede e do que os vai seguir. E que fale da forma como os vai seguir. É importante para nós, para o Bloco de esquerda sabermos isso. Em relação às outras questões, eu acho algumas delas muito razoáveis, e é bom que seja dito isso, mas acho de facto que isto é muito curto. Sem os ouvir, então isto é curtíssimo.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu vou ser muito sucinto, tanto mais que dois dos assuntos que gostaria de falar, já aqui foram falados, nomeadamente o protocolo do Beira-mar, e a normalização da informação das empresas municipais. É uma coisa que eu venho a lutar, não só neste executivo, já venho a lutar há muito tempo. Eu acho que devia haver um formulário, e que todas as empresas municipais deviam apresentar, para que a informação seja comparável e correcta.

Mas como vou ser muito sucinto vou apenas fazer algumas perguntas rápidas, sobre assuntos que se passaram nestes cem dias, cento e vinte dias.

Primeira pergunta: qual é a situação do concurso da auditoria? Já foi adjudicado? E se foi, quando e a quem?

Segunda questão: durante o período a que corresponde esta comunicação, foram executadas um total de despesas de dois milhões, oitocentos e setenta e dois mil euros, aproximadamente e de receitas quatrocentos e setenta e seis mil euros; números redondos, cerca de quatrocentos mil euros a mais relativamente à receita. Gostava que me explicassem esta situação, com mais algum pormenor e particularmente me informassem, qual é a situação de utilização dos financiamentos que aqui foram aprovados na última sessão da Assembleia Municipal?

Terceira questão: - a capacidade de endividamento municipal, é neste momento, de acordo com o método de cálculo que está aprovado por lei, de 117% quase 118%. Gostava de saber o que pensa o executivo sobre esta situação? – e se está a pensar ou não, no tal programa de reequilíbrio financeiro? O que é que pensa para o futuro? (eu sou uma pessoa que normalmente gosta mais de pensar para o futuro, do que para o passado, embora obviamente esta comunicação seja sobre o passado, mas gostaria de alguma forma de estar desde já informado.

O quarto aspecto é o seguinte: - o Senhor Presidente, tanto quanto eu sei, tem feito algumas diligências no sentido de adquirir alguns imóveis, - terrenos, imóveis, não sei como é que lhes hei-de chamar, eles são imóveis mas alguns já têm plano de pormenor aprovado, portanto funcionam ali como, - penso eu, que o antigo “Rally 10” já tem um, - não sei se é um plano de pormenor, se é um..., enfim, aprovado!

De qualquer forma, o que me interessa é o seguinte (- e alguns dos imóveis estão inclusivamente no domínio territorial da POLIS, como é o caso do edifício da EPA; penso eu); o que eu gostaria de saber, é se há efectivamente essa vontade de aquisição desses imóveis? E se há, com que dinheiro? Como é que vão resolver essa situação, uma vez que parece que dinheiro não há, e parece que capacidade de endividamento também não há. Eu até posso compreender, que a Câmara pretendesse isso, quanto mais não fosse para adquirir e depois fazer algumas mais valias. Seria óptimo!

Mas não sei se terá condições para o fazer, e era isso que gostaria que o senhor presidente, me informasse mais profundamente.

Mais, o Senhor Presidente, e esta é uma penúltima questão: - o Senhor Presidente, tinha prometido na sua campanha eleitoral, que não alienaria os antigos terrenos do Mário Duarte. Gostaria de saber se nesta altura ainda mantém esta posição, se acha que o plano de pormenor aprovado anteriormente, é aquele que vai ser seguido?

Finalmente, e uma vez que também, - penso que já criou escola aqui que está a ser, embora a Senhora Presidente não tenha dito que este período está aberto não só para discutir a comunicação do senhor presidente, como também para discutir, a comunicação dos serviços municipalizados, embora não o tenha dito, e já sei que no fim não vai dar tempo para os serviços municipalizados já não têm alguns serviços (chamemos-lhes assim), públicos, que lhes causavam prejuízos, eu gostaria de saber se perante esta revista da “Proteste”, em que saiu aqui, dos cinquenta municípios que foram analisados, Aveiro aparece num glorioso quinto lugar em termos de preços, - eu penso (Aveiro sempre em primeiro), e gostaria de perguntar se há alguma estratégia no sentido (ou não), desta manutenção? De facto há aqui alguns preços que eu compreendo, - Arrudas dos Vinhos, enfim, é mais cara do que nós, mas porque é dos vinhos; Porto, Vila Nova de Gaia, Famalicão..., gostaria de saber se está pensada alguma coisa neste sentido, tanto mais que de facto, (- e bem sei que não culpa destas taxas, mas sei que as prometeram baixar), portanto, gostaria de saber se neste particular, pretendem ou não honrar a vossa palavra?”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP)

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD)

Vogal Carlos Candal (PS)

B

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu vou tentar referir-me só ao ponto da ordem de trabalhos, a comunicação do Senhor Presidente e as intervenções que existiram aqui, eu gostaria de salientar efectivamente duas. – a do Dr. Raul Martins pelas questões que colocou, que me retirou a oportunidade de fazer essas mesmas perguntas; acho-as pertinentes e oportunas. Em relação à intervenção da Ana Carla, eu gostaria de contestar o que disse: - “que esta comunicação é de tamanha pobreza”; foi assim que a classificou.

Bom, eu queria dizer precisamente o contrário, e queria lembrar algumas pessoas e algumas cabeças pensantes que não esquecem as coisas rapidamente, e nomeadamente o senhor ex-presidente desta Assembleia o Dr. Carlos Candal, quando eu pus aqui por várias vezes, e não só eu, até um deputado que é hoje Governador Civil (quem eu cumprimento), o Dr. Filipe Neto Brandão, pôs a questão ao executivo de então, quanto aos processos judiciais. E se mais não houver, nenhum enriquecimento desta comunicação, só por este facto, temos de lhe tirar o chapéu. Não há dúvida nenhuma que hoje ficámos a saber, que esta comunicação refere relatórios de mil, novecentos e noventa e oito, e de dois mil e um, que na comunicação de Fevereiro de dois mil e cinco, eram omitidos. E quando o Dr. Carlos Candal, uma vez também elogiosamente o fez (mereceu o meu elogio), chamou à atenção do Senhor Presidente da Câmara de então, para que essa comunicação fosse mais abrangedora, porque nós não sabíamos o que é que estávamos a analisar. Ele não só fez ouvidos de mouco, como continuou a fazer a mesma coisa; e nós neste relatório, nesta comunicação, hoje compreendemos os processos, o seu princípio, meio e fim. Sabemos o que está em causa, - se mais não fosse, só por essa questão, este relatório teria sido de uma grande nobreza, ao contrário daquilo que foi classificado como uma “grande pobreza”.

Também ainda, em relação à Ana Carla, quero dizer, e mais penso que foi o Sr. Regala. Consta-se para aí, que este executivo que nada fez, que não tem ideias. Noventa dias de governação, conseguiu fazer uma coisa, inverter uma situação. É que até então os credores

desta câmara, não sabiam, não eram atendidos, nem sabiam o que tinham direito a receber, nem quando receber. Esta câmara em noventa dias já conseguiu cento e cinquenta e cinco acordos de regularização de dívidas; uma média de dois acordos por dia. E estes acordos, não são acordos fáceis, porque eles não têm dinheiro, são acordos difíceis.

Ao Deputado Sr. Regala que realmente se queixa e com alguma razão, mas podia ter pedido ao seu antecessor que lhe indicasse esses elementos, eu fiz um trabalho de casa, e dei-me ao luxo, ou ao tempo, de comparar a comunicação de Fevereiro de dois mil e cinco, com a comunicação de Fevereiro de dois mil e seis, e verifiquei pequenas curiosidades mas que são significativas. Repare: quando o Senhor Presidente diz na sua comunicação, que no que diz respeito à situação financeira do município até dez de Fevereiro de dois mil e seis, no âmbito do QCA III, o montante de investimento total candidatado e homologado até à data é de setenta e dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil. O mesmo relatório do período homólogo referia que o montante de investimento total, candidatado e homologado era de sessenta e quatro milhões. Portanto, há aqui assim, um saldo positivo de trabalho de sete milhões.

Que os valores do FEDER e outros, aprovados e homologados que se cifram em quarenta e dois milhões (estou a referir o ponto seis), o anterior executivo, em período homólogo, referia trinta e nove milhões. Há aqui também um saldo positivo.

No que respeita à execução física e financeira dos projectos candidatados, “foi já executado o montante total de investimento de sessenta e dois milhões”; também aqui há um saldo positivo, em comparação com o relatório anterior, que eu referia cinquenta e sete milhões.

Quanto à capacidade de endividamento de cento e dezassete por cento. A capacidade de endividamento da situação financeira, quanto a esta questão, o senhor sabe muito bem, tão bem como eu, que a capacidade de endividamento “pifou”; a partir do momento em que ultrapassa os cem por cento pifou, São cento e dezassete por cento neste momento. Mas nós já sabíamos, que isso ia acontecer! Nós alertámos várias vezes o executivo e a bancada do Partido Socialista.”

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD)

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

Vogal Raul Martins (PS)

Vogal António Regala (PCP)

(Saíu da sala o Vogal Manuel Vieira dos Santos)

Vogal João Barbosa (PS)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Relativamente à questão levantada pela Deputada Ana Carla Macedo, ela foi uma comunicação política com toda a legitimidade; aqui é o órgão próprio onde essas comunicações se devem desenvolver.

É verdade que passaram dois meses, mas também é verdade que faltam ainda quarenta e quatro meses. E naturalmente, acreditamos e gostaríamos muito de podermos ainda surpreendê-la nesses quarenta e quatro meses.

Quanto ao Deputado Miguel Fernandes, apenas relevar as referências que fez à integração de reclusos e regularização das dívidas.

Ao Deputado João Barbosa, responder à questão que colocou na última Assembleia em relação àquele processo que é conhecido na câmara pelo processo da VIDOR, que é aquele prédio que está ali no prolongamento da passagem inferior de Esgueira da linha do caminho

de ferro. Como sabem estão em causa quatro blocos, em dois desses blocos faltam realizar cerca de vinte por cento de obra e em dois dos outros blocos que inclui a torre e um dos lados, faltam sessenta e cinco por cento de obra. É um processo licenciado em mil novecentos e oitenta e cinco (já lá vão vinte e um anos), e penso que todos conhecemos um pouco daquela história.

Neste momento o que é que importa, o que é que se passou a partir de vinte e quatro de Outubro, que foi quando chegámos à câmara. Estabelecemos diálogo com as partes envolvidas, que estava interrompido desde que a Câmara havia tomado posse administrativa do edifício, e no espaço de um mês ocorreram três reuniões entre as partes e chegou-se a um entendimento, a um acordo, a uma resolução do assunto. E agora perguntam assim: - então e porque é que em finais de Novembro estava a questão resolvida e acordada e porque é que não se concretizou ainda, o reinício das obras? Pelo seguinte: porque cautelarmente, como era aconselhável antes de fazermos o acordo, fizemos uma vistoria, uma visita técnica, a todo o edifício, acompanhado pelos bombeiros, para nos certificarmos das condições de segurança do mesmo, e constatou-se, - como é compreensível, o prédio foi licenciado há vinte e um anos, e em alguns aspectos não respeitava as normas de segurança que são exigidas presentemente. E daí que tivessem que ser elaborados projectos ajustados às novas obrigações legais e daí também, que tivesse sido obtido o indispensável acordo da empresa, para que assumisse ela própria o pagamento, e que concordasse com essas alterações, que como sabem, a câmara tendo tomado posse administrativa do edifício, tem que o construir de acordo com o Projecto que estava aprovado. E houve esta compreensão e aceitação por parte da empresa, houve a elaboração desses projectos, e neste momento, - hoje, o que se releva é isto (em função daquilo que está acordado): - na próxima terça-feira, dia sete de Março, a empresa está notificada para vir assinar o contrato, e tem o compromisso conosco de reiniciar as obras, ainda no decorrer do mês de Março.

Neste processo, queríamos porque é justo relevar, a colaboração que recebemos das partes envolvidas, foram excepcionais, e rapidamente foi possível chegar a um acordo em relação àquele processo, e também uma palavra de confiança em relação a todos quantos, - e foram muitos, durante estes vinte anos, têm sofrido em relação a este processo, e esperamos (e tudo faremos), para que esse sofrimento termine agora, neste mês de Março com o reinício das obras.

Em relação à questão do Deputado Fernando Marques, sobre os polidesportivos, o Vereador Jorge Greno irá responder a essa questão.

Em relação ao Sr. António Regala, e a questão que colocou na última Assembleia, concretamente a questão do POLIS. Como sabe, termina em Dezembro de dois mil e seis, tem evoluído com a normalidade possível, o projecto que tem, com o empenho muito grande da parte de todos os responsáveis pelo projecto, - o Eng.º Matos Rodrigues e toda a sua equipa têm sido inexecutáveis, no sentido de rentabilizar ao máximo até Dezembro de dois mil e seis, esse projecto. Neste momento e excluindo aquilo que está a decorrer, que não é o relevante neste momento e isso é visível, mas há três questões que nos preocupam com mais força, e que procuraremos ver se conseguimos ainda resolvê-las: a questão do edifício da EPA, e de alguma forma vamos pegar nesse assunto mais à frente, tem a ver com a questão dos "Bóias", está tudo interligado naquele espaço todo, e nós gostaríamos de ver se conseguíamos ainda resolver essa questão; tem a ver também com um outro processo, o da VITASAL, era um processo que nós gostaríamos de ver se se resolvia, até porque também já é um processo que tem quinze vinte anos, que decorre e que é ali um espaço em termos de cidade, que eu penso que importava qualificar e era importante que fosse resolvido.

Uma última questão, que nos preocupa, - além de outras, é a questão dos terrenos da lota da lota e daquela zona envolvente). Como sabem a Assembleia, ao longo dos anos tem acompanhado esse processo com todo o pormenor, inclusive chegou aqui a haver uma

deliberação da Assembleia para serem adquiridos aqueles terrenos; de facto o que se passa neste momento é isto: - neste momento os terrenos são da APA! Portanto, tem havido contactos, tem havido reuniões, penso que já tivemos três ou quatro reuniões com a APA no sentido de procurar uma forma de resolver a contento e para bem de todos o processo, e estamos também empenhados por aquilo que possa vir a acontecer.

Quanto ao Deputado Arsélio Martins, e quanto à análise que fez ao documento “comunicação”; esta é uma das áreas como tantas áreas que temos pela frente, em que sentimos que temos o dever de melhorar. Já está este documento, e penso que cada vez mais iremos caminhar no sentido de que ele possa ser valorizado, e esse é um desafio que nós aceitamos aqui perante esta Assembleia Municipal, é que cada documento que venha, ele possa ser ao longo destes meses, possa ser constantemente melhorado.

Dr. Raul Martins, em relação aos imóveis que referiu, temos muita vontade, - eu não direi na aquisição, mas na resolução desses casos que se encontram pendentes aí pela cidade. Nesse sentido temos feito diligências, temos procurado junto da tutela, ver se é possível procurar soluções, que não só aquela solução do pagamento directo dos imóveis. Temos procurado, temos encontrado receptividade, e penso que o diálogo que tem sido estabelecido poderá favorecer que se encontrem aqui algumas soluções. O que nos preocupa, naturalmente, e certamente a todos nós, é o estado de abandono e de lapidação que se verifica naqueles edifícios que são do estado, e é preocupante que o estado tenha uma legislação tão apertada nesta área; tão restritiva, que impede o próprio estado de resolver estas questões, que certamente era desejo das pessoas. Há coisas pouco compreensíveis, - eu quero recordar-vos por exemplo, o quartel do parque; quando a tutela precisou, o município deu aquele espaço à tutela, no momento em que a tutela não precisa, que está abandonado, que está a ameaçar ruína, naturalmente o município encontra montes de obstáculos para conseguir resolver aquele problema.

Quanto à questão do Mário Duarte, é verdade que em campanha eu disse e assumi perante as pessoas, - e está escrito o que foi dito, que é; - “tudo faremos, naquilo que nos seja possível, para que o Mário Duarte possa continuar a ser do Mário Duarte”; este é um compromisso que foi assumido assim. Como sabe, muito melhor que nós, a situação neste momento não é fácil para que isso possa acontecer; mas vamos tentar e não vamos assim desistir à primeira.

Quanto à questão dos preços da água, o Eng.º Carlos Santos poderá responder a essa questão, muito embora o estudo refira que Aveiro é o quinto dos cinquenta concelhos, em termos de preço; não deixa de ser curioso que foram concelhos escolhidos aleatoriamente, não deixa de ser curioso que considerando só o distrito de Aveiro, - e aqui a lógica seria que, se no âmbito de cinquenta concelhos a nível nacional, Aveiro é o quinto, só a nível de distrito será naturalmente o primeiro; - não é! Há concelhos, Oliveira do Bairro, Albergaria, e penso que Oliveira de Azeméis, têm água mais cara do que tem o concelho de Aveiro; - até porque nós incluímos a recolha do lixo.

O Deputado Pires da Rosa, queria aqui relevar a questão social que aqui levantou, nomeadamente a substituição da pena por serviço à comunidade. É uma experiência que já vivemos noutras alturas, noutros momentos; não é fácil também conseguir em termos de integração social essa permanente abertura, mas há intenção de nossa parte e vamos contactar a IRS nessa sentido.

Quanto ao Carnaval, ele foi promovido pela paróquia da Glória.

Ao Deputado Rocha de Almeida, no fundo, agradecer-lhe o apelo que fez à união, ao empenho de todos, e à responsabilização de cada um, nesta missão difícil que todos temos pela frente nos próximos anos.

Deputado Carlos Candal, apresentou um alargado conjunto de sugestões, na linha do que nós solicitávamos na introdução do documento. Agradecemos também esse apanhado que fez,

e esse conjunto de questões que levantou e penso que são importantes também para nós em termos de futuro.

Deputado Fernando Marques, - Pista de Remo. Este é um dos processos também, em que discretamente temo-nos procurado empenhar, e temos procurado construir algo de sólido; e com o empenho da Junta de Freguesia de Cacia, com o empenho dos técnicos, com o empenho de muita gente, tem sido possível construir coisas com muita consistência e acreditamos que a treze de Março, poderá eventualmente terminar esta primeira fase deste processo, e poderá terminar com uma boa notícia para Cacia e também para Aveiro.”

Vice-presidente Carlos Santos:

“Na última Assembleia houve um apelo que nos chegou do Presidente da Associação dos Atletas de Remo, sobre aquele problema da antiga lota, toda aquela questão que ali há, o facto de ser mal frequentada durante a noite, ser perigoso, especialmente para os jovens atletas: - eu devo dizer que nós fizemos uma visita ao local, uma visita também com os técnicos adequados, ao local, estivemos lá com a direcção do Galitos, estivemos lá também com as pessoas do remo, e nós vamos beneficiar toda aquela zona, vamos beneficiar todo aquele percurso alternativo com saibro e compactação, e vamos beneficiar também aqueles aspectos relacionados com a iluminação eléctrica, porque realmente é preocupante à noite, a frequência daqueles locais.

O Senhor António Regala levantou algumas questões, também na última Assembleia Municipal, relacionadas com as Agrads, levantou questões relacionadas com a dificuldade em obter licenças de construção e de um enraizamento das pessoas; falou também na deslocalização dos moradores no Lugar das Covas, e que o Executivo Municipal de Élio Maia tinha acabado com os “Espaços mais”, referiu também o problema do saneamento das Agrads.

Portanto, no que a mim diz respeito e em relação ao problema das licenças de construção, quer dizer, há normas claras, e as normas que há são as licenças de construção, são normas que existem para os moradores das Agrads e para todos os moradores do concelho. Quer dizer, nós procuramos que as facilidades que uns e outros têm, sejam sensivelmente as mesmas. Quanto à inexistência de saneamento nas Agrads, eu devo dizer que de facto não há saneamento, mas neste momento decorre o prazo para avaliação das propostas de um processo de concurso para se instalar brevemente a rede de saneamento.

Uma questão que tem sido muito falada é o estado das estradas, dos buracos das estradas, um problema que é uma angústia para todos, que é uma angústia para os senhores deputados, que é uma angústia para os aveirenses, e que é uma angústia para nós. Todos os senhores sabem, e aqui não há milagres nisto; nós chegamos à câmara, chegámos aos Armazéns Gerais e não havia rigorosamente nada lá! E lamentavelmente nem os concursos tinham sido lançados. Nós chegámos em Outubro à Câmara Municipal e de facto começámos a lançar os concursos, para fornecimentos de materiais, porque o pessoal andava a fazer podas, o pessoal andava a limpar valetas, e tapar buracos não tem havido condições para isso.

Eu como sei que estas questões interessam, especialmente ao Senhores Presidente de Junta, eu tenho que lhes dizer, que eu creio que o mau período já passou, que as coisas vão melhorar, porque neste momento os concursos de fornecimento continuo já foram abertos e que se encontram a ser analisados. Portanto, os concursos já se realizaram e nós vamos ter material eléctrico, material de pichelaria, madeiras, vamos ter tintas para construção civil, vamos ter cimento e argamassas, vamos ter lancil; vamos ter tintas de sinalização, vamos ter sinais de trânsito; - aqui em algumas intervenções foi dito que “- não há sinais de trânsito”; mas como é que os há-de haver, se nós não os temos, se os concursos nos foram vedados, se nós não os tínhamos, como é que pode haver sinais de trânsito? Agora vai haver sinais de

trânsito; é evidente que eles vão existir. Vamos ter blocos de cimento, prestação de serviços para aluguer de máquinas/hora; prestação de serviços para conservação e manutenção de pavimentos. Portanto, este processo é um processo que está a desenvolver-se; eu creio que o pior período já passou. É uma grande angústia nós vermos buracos, vermos crateras, vermos situações complicadas, mas milagres não podemos fazer, e a situação é preocupante também para nós.

Não se ganham eleições a falar em dívidas, não gosto de falar em dívidas, - acho que isso é uma asneira, andarmos aqui permanentemente a falarmos em dívidas. O executivo é criticado por não ser imaginativo, por não ter ideias, e o executivo, eu creio que vai ter ideias, eu creio que é criativo, eu creio que vai ser criativo e que nós vamos conseguir inverter esta situação.

Algumas outras questões que foram lançadas; O Dr. Carlos Candal, é um morador da Avenida e tal como nós conhecemos perfeitamente a Avenida, e não sabemos tudo sobre a Avenida e temos profundas dúvidas sobre a Avenida. Eu por exemplo, que vivo muito perto do Sr. Dr. Carlos Candal, eu para chegar a casa tenho que dar uma volta que nunca mais acaba; trânsito é com o Dr. Miguel Capão Filipe, é com ele que eu converso e procuramos entender-nos sobre estas questões do trânsito e mobilidade, e eu também tenho dúvidas e neste momento o que se passa é um teste que se está a fazer, e a opinião do Sr. Dr. Carlos Candal, é muito importante como pessoa conhecedora desta matéria, e eu se calhar creio que não há outra alternativa senão voltar aos dois sentidos de trânsito na Eng.º Oudinot, creio eu; se calhar não haverá outra alternativa.

E falou-se aqui também numa questão que é uma questão importante, que é a requalificação da Avenida. É sabido que eu também tenho o Departamento de Obras Particulares, e é angustiante dar uma volta a pé, - e nós damos; há dias dei uma volta com o Sr. Presidente da Câmara a pé, os dois, a olhar para os prédios da Avenida; é um filme de terror, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em termos de prédios, é só prédios velhos, é uma coisa que mete dó, aquela situação, porque nunca se pôde lá fazer nada, nunca se pôde lá fazer rigorosamente nada.

Eu gostaria, Sr. Dr. Carlos Candal, e gostaria de lhe mostrar a série de projectos que há para a Avenida, para o sítio onde está a “Garagem Atlantic”; onde está a “Casa Paris”, o “Bazar Valente”; projectos que estão na gaveta, completamente na gaveta, estão parados há sete e oito anos, e que nós precisávamos talvez de os desbloquear, e de abrir, porque achamos que a Avenida precisa de vida. Nós precisamos de dar vida à Avenida!

Nós não temos o dom da sabedoria; nós temos dúvidas, creio que todas as opiniões em relação a isto são importantes, mas é esta a realidade. O que é que interessa estar tudo amarrado, os investimentos todos amarrados na Avenida, e esta a ficar velha e qualquer dia os prédios começam a cair, e ficar aquela situação ali, que de facto não está bem.

O Dr. Raul Martins falou no estudo da revista da Proteste; nós vimos a revista, o senhor presidente já falou sobre ela; nós achamos e fizemos uma leitura um bocado transversal e vamos se calhar ver isso melhor. Nós achamos que a DECO não compara coisas iguais, porque a factura em Aveiro inclui a tarifa do lixo, o que onera um bocado aquela comparação; mas não discuto essa questão económica com rigor, porque não é muito essa a minha vocação.

No meio desta confusão, do tapar de buracos, queria agradecer a compreensão dos Senhores Presidentes de Junta. Eu não estou a falar de Presidentes de Junta de nenhum partido, estou a falar de Presidente de Junta de todos os partidos; tem sido impressionante e tenho que vos dizer, cativante, Juntas de Freguesia que compreendem a nossa situação e têm feito parcerias connosco; em alguns casos têm-nos adiantado os materiais, e nós fornecemos a mão-de-obra, com a possibilidade de que quando tivermos os materiais, os podermos compensar por essa entreaajuda.”

Vereador Pedro Ferreira

“Eu começo por responder a algumas questões que foram, levantadas na última Assembleia, nomeadamente da questão que se falou do aterro e da questão da ERSUC. Já tive oportunidade de falar com o senhor presidente da Junta de Cacia; em relação à questão da ERSUC ficámos de ir visitar na terça-feira o aterro e ver o que é que se passava em concreto. De qualquer maneira para vos dar nota, que nós temos seguido esta situação de perto, nomeadamente em relação à questão que nos foi transmitida pelo Governo, da intenção de alterar o projecto de incineração dos resíduos sólidos e passar a um tratamento mecânico-biológico. Temos isso presente, temos noção do que a proposta anterior de incineração destes resíduos, não traria outro tipo de resíduos, não haveria um residual que teria de ser tratado de outra forma. No tratamento mecânico-biologia, há já a informação de que vai haver um residual que vai ter que seguir para um aterro, não havendo ainda forma de saber o que vamos fazer quanto a isso. De qualquer maneira estamos a tratar, achamos que Aveiro de facto já contribuiu e tem contribuído bastante para a questão dos resíduos sólidos, e ao fim e ao cabo estamos a avaliar o que é que se vai fazer de futuro.

Em relação às várias questões que nos foram colocadas pelo Deputado Carlos Martins, nomeadamente os parques infantis; de facto há parques infantis e devido há nova legislação ao vigor, estão contra a lei nomeadamente em relação aos pisos; já foi pedido à divisão de educação para estudarem a situação, e vamos avaliar.

Outra questão que foi colocada não só pelo Deputado Carlos Martins, mas também pelo Deputado António Regala e pelo Deputado Raul Martins, a questão dos rácios de endividamento. É obvio que julgo que pela primeira vez foi mostrado porque é que havia estas distorções nos dados, e a razão de me ter sido colocada anteriormente, há de facto aqui a questão do investimento: - quanto é que se faz de investimento? Depois desta análise, chegamos aos valores que temos neste momento.

Em relação aos quadros e aos montantes do FEDER e participações, não sabia que ia gerar tanta discórdia, de qualquer comprometo-me a na próxima informação, esta ser mais legível, exactamente para todos podermos fazer a mesma leitura.

Em relação à questão colocada, no padrão de apresentação dos dados e das empresas municipais, ao fim e ao cabo na harmonização dos dados, que eu julgo e nós temos noção disso, deverá ser harmonizada em termos de todas as empresas, temos consciência do seguinte: por falta de planeamento ou não, as empresas municipais têm contabilistas diferentes, sistemas informáticos diferentes, ao fim e ao cabo, maneiras de trabalhar diferentes. O nosso objectivo, é de facto harmonizar, e isso é um ponto que nós temos assente. Penso que o próximo ainda não venha com a harmonização que pretendemos, mas estamos a trabalhar para isso.

Em relação à questão que o Deputado António Regala colocou, e existiram várias críticas em relação à Freguesia de Esgueira, nomeadamente o “projecto mais”, que é o que me está mais ligado, posso-lhe dizer que de facto existiram reuniões, e foi explicado não só às juntas de freguesia, mas também aos agrupamentos e às escolas em concreto, porque é que esse espaço mais iria deixar de existir quer na Escola Aires Barbosa, quer em Cacia. Porque muito simplesmente, não é normal ter uma pessoa a trabalhar duas horas por semana para seis crianças; é incomportável neste momento para a câmara. – Quando por exemplo em Eixo havia mais crianças, e portanto, os recursos tiveram de ser para onde existiam mais.

Devo-lhe dizer que a intenção não é acabar com este projecto, pelo contrário, estes seis meses vão ser para repensar todo o projecto em colaboração com as juntas de freguesia; espero em breve poder apresentar um projecto para isto, - crescimento e ao fim e ao cabo mais eficaz e que consiga chegar às crianças. No início de facto havia muitas crianças na Aires Barbosa e em Cacia, mas elas foram-se dispersando.

Em relação à questão das águas, só ia complementar a informação que o Senhor Presidente e o Eng.º Carlos Santos deram, e eu coloco isto porque sou o representante da Câmara na Associação de Municípios do Carvoeiro. Em relação aos preços da água, de facto existe um estudo e provavelmente o próximo quadro PEAASAR II, apontará para soluções diferentes, nomeadamente em relação à harmonização da questão dos preços da água quer a nível distrital e se calhar a nível nacional. Infelizmente para nós essa harmonização vão ser em alta, infelizmente, mas são já algumas informações que vamos recolhendo.

Em relação às nossas facturas, e nós gostamos muito da maneira como elas estão em termos de várias informações e de vários preçários, quer na questão dos resíduos, quer na questão do saneamento, quer na questão das águas.

Há também a questão de que no próximo PEAASAR II, a questão dos resíduos deixe de ser em função da água e seja em função da energia, e portanto, o preço passará para a factura da electricidade.

Isto só para vos deixar algumas questões que fomos recolhendo, ainda não são certas e é só para vos transmitir isso.

Em relação a algumas questões que o Deputado Carlos Candal colocou, de facto a câmara já é uma grande empresa, e provavelmente não faz tanto sentido estarmos aqui a trazer de dois em dois meses relatórios de contas, que se calhar não têm relevância. De qualquer maneira, gostava de deixar uma nota: - em relação à dívida, o novo estádio não explica a dívida toda; e em relação a outra coisa, e por isso é que eu fiz uma careta, quando diz que o “estudo do novo percurso do metro não custa dinheiro”, - não é bem assim, porque as pessoas têm sempre de ter alguma remuneração. Só para lhe transmitir isto: o Multiusos já vai em cento e cinquenta mil contos.

A terminar só uma questão que o Senhor Presidente João Barbosa colocou, de facto esse trabalho tem de ser quantificado; é tão simples quanto isto.”

Vereador Jorge Greno

“Relativamente às questões que foram colocadas nos meus pelouros, a Deputada Ana Carla falou no Sub-21, de facto a Câmara não fez nada para ter o Euro Sub-21. O facto é que nos foi comunicado em finais de Dezembro, que tínhamos cinco meses para organizar o Euro Sub-21 porque não estava nada feito. A Câmara anterior não tinha nada feito porque não sabia se ia ter o Euro.

Ainda e em termos de informação à Assembleia, nós pusemos a funcionar praticamente a mesma comissão de acompanhamento na câmara, com os técnicos nas diversas áreas, que acompanharam o Euro 2004, são pessoas que têm experiência desse processo. Este Euro, não tem qualquer comparação em termos organizativos com o anterior portanto, estamos convencidos que com os técnicos da câmara daremos uma resposta adequada às solicitações que nos foram colocadas.

O Deputado Fernando Marques falou na possibilidade de pôr relva sintética nos polidesportivos do Caião, Santiago e Parque; é uma possibilidade, efectivamente há uma verba consignada em orçamento para arrelvamentos sintéticos. A ideia inicial não é fazer arrelvamentos sintéticos nos polidesportivos, mas sim nos campos de futebol de onze, onde jogam equipas de formação do concelho de Aveiro, no entanto, pode ser sempre possível, em termos de negociação que se possa vir a fazer, com eventuais fornecedores e que se consigam preços interessantes para estes pequenos (em termos de área) polidesportivos e que tal venha a ser possível.

Relativamente à questão que foi colocada, pelo Senhor Deputado António Regala, e pelo Senhor Deputado relativamente ao protocolo com o Beira-mar. Há, - como penso que é do vosso conhecimento dois protocolos: um protocolo da EMA com o Beira-mar e um protocolo da Câmara com o Beira-mar. O primeiro refere-se ao estádio e às receitas que a EMA

supostamente deveria fazer com a venda dos espaços e que reverteria parte para o Beira-mar; o segundo é o protocolo de formação desportiva que existe com o Beira-mar e existe com uma série de clubes. Aquilo que foi comunicado é que quando ao primeiro protocolo – EMA/Beira-mar, é esse protocolo que irá ser renegociado, porque os moldes em que estava feito, na nossa opinião não defendem os interesses do município e se calhar também não defendem os interesses do Beira-mar.

Protocolo da formação; é um protocolo, tal como nos outros clubes, que se devem manter e não há qualquer situação a referir.

Finalmente, em relação à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Pires da Rosa, quando à reestruturação dos serviços e à sua localização, eu não sei quando o senhor no mandato anterior queria falar com o Vereador Domingos Cerqueira, qual era o gabinete do Centro de Congressos onde ele se encontrava, porque eu julgo que ele estava no Parque de Feiras; o Senhor Vice-presidente Eduardo feio tinha dois gabinetes, um no Centro de Congressos outro nos Paços do Concelho (e não está em causa o mérito), agora o que é um facto é que o edifício da Fabrica Campos apesar de ter previsto gabinetes para o presidente e para quatro vereadores, dois desses gabinetes estão ocupados por técnicos e naturalmente nós não chegámos lá e íamos fazer uma acção de despejo, dos técnicos da câmara, portanto, a solução que foi encontrada, como havia espaços disponíveis e como há uma queixa que penso que é conhecida, de algum esvaziamento do centro da cidade, houve dois vereadores que se instalaram nos Paços do Concelho, houve serviços que já foram transferidos para o centro da cidade, e vamos procurar, - não será muito o movimento que iremos dar aquela zona, mas pelo menos também é um sinal que a câmara está a dar, de que não quer abandonar a zona central da cidade e procurar de alguma maneira trazer pessoas aquela área.”

Vereador Miguel Capão Filipe

“Em relação à sinalética direccional foi negociado com a empresa que faz a manutenção e a remodelação, o ultimar dessa mesma circunstância. Julgamos que nas próximas semanas, poderemos pegar nesse assunto. O que foi herdado, foi uma circunstância em que estava bloqueada esta mesma sinalética direccional. Conseguimos nesta base de negociação, que apenas por acerto de viveres e não em termos numerários, quer a remodelação, quer a manutenção da sinalética direccional no perímetro da cidade, seja assegurada para os próximos anos; em consequência disso estava pendente, e num futuro imediato encontra-se resolvido.

A questão do trânsito na Avenida, e designadamente na envolvente da nova estação, recorde que temos uma abertura há cerca de dois, três meses e por muitos modelos de computador e de engenharia que se realizem, o laboratório in vivo é decisivo e fundamental. Por consequência, está a decorrer esse mesmo período laboratorial in vivo, ao que se seguirá quase de imediato um inquérito que faremos, - de proximidade, em relação ao público; vamos colocar determinados colaboradores da câmara a intervir publicamente nesta envolvente, para fazer-nos chegar sugestões, usando inclusivamente as tecnologias de informação e de comunicação, com recurso a um e-mail específico, que permita fazer-nos chegar, determinado tipo de contributos construtivos, para apresentarmos, então aí sim, depois desta circunstância provisória, uma ultima versão definitiva, - dentro daquilo que podemos chamar definitivo, quando falamos em questões de transito e mobilidade. Porque nunca haverá essa mesma versão definitiva no sentido restrito do termo. Porém, e muito bem, conforme aqui foi referido, toda esta questão da envolvente da nova estação e do trânsito da Avenida, não deve fazer-nos retirar da questão de fundo e que é de novo, colocar na agenda do dia e das preocupações de Aveiro, a requalificação da Avenida. Ela esteve já muito tempo parada, ela foi retirada e recolocada na gaveta, - como nós sabemos, mas fazemos nós questão (este

executivo municipal faz questão), e posso dizer que já retirou da gaveta, está em cima da mesa e penso que muito em breve o Senhor Presidente e o restante executivo, e chamará alguns aveirenses a esta discussão, e construção da requalificação da Avenida.

Foi aqui também referido, e o município está a dar o exemplo, e aqui devemos apelar a todos os cidadãos e a todas as instituições privadas ou públicas, cujos exemplos de inserção, - foram aqui referidos os presos, mas gostaria de aqui trazer também o testemunho no nosso município e da estrutura da Câmara, na inserção que aqui foi referida, mas também no que à deficiência diz respeito.

Temos colaboradores na Câmara com deficiência visual, motora e temos também a reinserção na deficiência mental. E pensamos que o município ao colocar este tipo de atitude, quer sobretudo, para além de se sentir gratificado com esse tipo de circunstância, constitui sobre a forma deste exemplo, um apelo à sociedade civil de Aveiro, para a integração e para cada um de nós assumir a cota de responsabilidade de fazermos um acesso da qualidade de vida que nos orgulhamos no nosso concelho, mas um acesso transversal a todos os cidadãos aveirenses que são igualmente dignos de assumirem aquilo que todos nós assumimos, que é esse tipo de qualificação.

Folia da Ria, compartilhamos com essa mesma circunstância; isto é, poderemos e deveremos e iniciamos esse tipo de reflexão passado este Carnaval e essas correcções têm de ser feitas com um ano antes. Nós daqui a quinze dias vamos reunirmo-nos pelas iluminações de Natal e provavelmente daqui a um mês pensar o Carnaval daqui a um ano, e de tentar casar o dito Carnaval da Glória, - o Carnaval de proximidade do cidadão, espontâneo, com a singularidade, com o conceito do tipo “Folia da Ria”. É um conceito cosmopolita, singular, e sobretudo assenta em tradições não só de água, da Ria, e que nos é caro, mas do Carnaval dito português, isto é, não há uma importação do Carnaval sul americano ou brasileiro, mas assente em reproduzir todas as tradições do Carnaval português, não só por exemplo as cardadeiras de Ílhavo ou as circunstâncias à volta da nossa região, mas determinadas regiões do país que tem o respectivo ex-libris.

Agora também não poderíamos assumir desde logo este desafio, quando aquilo que nos é herdado da circunstância piloto de um ano ocorrido, foi exactamente a dívida desse mesmo Carnaval. Obviamente uma dívida contraída, não se negocia uma dívida contraindo uma dívida à mesma empresa. Por consequência houve e há que tratar essa mesma circunstância e então passarmos para a segunda fase, que é o casamento entre o Carnaval de proximidade e o da Glória que muito nos orgulha; tirarmos os nossos fatos do sótão e vestirmo-nos com esses mesmos fatos, versus o da singularidade e da Ria de Aveiro.

Metro ligeiro de superfície, trata-se de uma circunstância que está no nosso ventre (passo a expressão), pena foi que tivesse oito anos de facto ausente da discussão neste município. E está no nosso ventre porquê? Porque é uma ideia que é cara à nossa governação e com certeza que também, até porque faz parte do nosso mandato e dos nossos objectivos programáticos, fazemos tudo para que nesta questão essencial de mobilidade se institua o Metro ligeiro de superfície. Temos a mesma ambição que outras cidades, quiçá, com menos características e com menos área metropolitana, já souberam apresentar os vários projectos e por consequência nós já o deveríamos ter feito. Não o fizemos até aqui, estamos aqui para o fazer e para apresentar esse mesmo projecto, e contamos transversalmente, de todos os partidos políticos, e designadamente aqueles que têm acento no governo de Lisboa, porque sem governo de Lisboa, o governo de Aveiro não pode ir lá e sabendo aproveitar o próximo Quadro Apoio Comunitário, que tem grande especificidade para a mobilidade e para os transportes, bem como fazendo um apelo também à inter-municipalidade na medida em que isto é um projecto de inter-municipalidade, e por isso esperemos que a Grande Área Metropolitana de Aveiro saiba, e o município de Aveiro está aqui para dizer “presente” e para no que lhe competir afirmar decisivamente este projecto, até porque é minha convicção,

- convicção pessoal, que se depressa e bem a Grande Área Metropolitana de Aveiro se souber comprometer operante a administração de Lisboa com projectos concertos, podem acabar muitas áreas metropolitanas neste país, mas a do Porto e de Lisboa que já existiam não acabam e a de Aveiro também já não acabará se soubermos agarrar esse mesmo tipo de circunstâncias.

Foi aqui falado na questão das Agrads do Norte, - Lugar da Cova, e eu gostaria aqui de fazer um histórico; estava de facto aí no Lugar da Cova implantado um aglomerado de construções abarracadas, que não reuniam o mínimo de condições de habitabilidade ou de infraestrutura. Foi possível proceder à operação de realojamento entre Maio e Junho de 2005, e aqui foi felicitado o executivo municipal anterior, concretamente na pessoa da Sr. Vereadora Marília – aqui presente – a quem se deveu em boa hora, este mesmo facto, tendo sido objecto desta acção para realojamento, nove agregados familiares (vinte e sete pessoas), considerados “situação de emergência”, que em reunião de câmara de vinte e nove do nove de dois mil e quatro, foram considerados em situação de emergência; e de imediato procedeu-se à demolição das referidas construções.

Portanto, temos aqui nove agregados em situação de emergência, realojamento e demolição. Vêm agora aqui a público dois casos, e em relação a estes dois casos eu gostaria de referir o seguinte: dispensava publicamente de referir o conteúdo destes dois casos, estamos a falar na dignidade da condição humana, nas respectivas condições humanas, e exige essa mesma circunstância algum sigilo, mesmo deontologia, em relação a quem lida com estes assuntos; porém, posso assegurar que na gestão da coisa pública e na gestão deste tipo de circunstância, seguramente que estamos aqui para defender a coisa pública e não deve ser este tipo de circunstância, não deve ter excesso de oportunismo político ou de qualquer outro tipo de oportunismo, e por isso mesmo, peço aqui sigilo aos dois casos pendentes, e responderei ao Deputado que colocou as questões se assim o desejar, mas entendo que não o devo publicitar publicamente.

Foi aqui referido também, não nesta sessão mas na anterior, mas e bem estamos a juntar este período de comunicação de ordem do dia do Presidente tudo o que for alocado a circunstâncias generalistas do município, do último trimestre, e penso que aqui estamos a assistir a um exemplo da compartimentação devida de cada uma das questões em sede de Assembleia Municipal, e por isso permitam-me uma adjectivação pessoal nesta matéria; - foi aqui colocado o Centro de Saúde de Esgueira, e sobre este, de facto após a reunião da comissão consultiva de saúde do município tivemos a ocasião, em parceria com o senhor Director do Centro de Saúde de Aveiro de fazer a respectiva visita, e em conclusão a precariedade das instalações informáticas no centro de saúde de Esgueira estão resolvidas e ao nível do saneamento e água, ficou acordado o seguinte e foi efectuado: - os serviços do município fizeram o planeamento e projecto da obra de colocar, o saneamento e água nos respectivos consultórios e estamos numa fase em que obviamente será ouvida a Junta de Freguesia de Esgueira na medida em que deve ser ouvida e em parceria com essa mesma circunstância depois entrar-se-á numa fase em que o financiamento e execução será a entidade “Região de Saúde de Aveiro”, portanto, nunca o município. Portanto, foi solicitado, foi cumprido e agora está em observação pela Junta de Freguesia de Esgueira e pela entidade financiadora e executante, a Região de Saúde de Aveiro.

Foi referido também aqui a questão dos lixos selectivos; já houve aqui um afloramento no que diz respeito à gestão de resíduos, e gostaria de referir que do mesmo modo que nós cumprimos quase a noventa por cento de saneamento básico, o que muito nos orgulha, porque é uma situação que já tinha mais de dez anos e teve continuidade nos últimos oito e agora está quase completa, mas do mesmo modo devemos ter como objectivo político, sermos também um concelho exemplar em termos de gestão de resíduos. E aquilo que nos preocupa objectivamente, é a aprovação de um plano estratégico de gestão de resíduos a longo prazo,

ou seja, não vivermos com a navegação à vista, e à luz da circunstancia imediata. Temos portanto, com tempo, de planear o encerramento do respectivo aterro e de promover todo um plano estratégico de gestão de resíduos, valorizando a matéria orgânica em unidades de grande produção, a decomposição, e o layout para os indiferenciados; está na agenda nacional a denominada incineração, e o papel, que para sermos um município, também à frente no que à gestão de resíduos diz respeito, isto envolve uma parceria intermunicipal também; estamos atentos a esta circunstância defendendo sempre o papel do respectivo município. Mas aqui o que foi falado, foi a valorização da recolha selectiva e gostaria de referir que no que depende de nós e além do que incide o plano estratégico, não há nenhum plano estratégico que vingue sem uma campanha de sensibilização profunda perante o cidadão, designadamente para a importância da recolha selectiva. Esta recolha selectiva é muito importante, porque permite como todos sabemos a reciclagem. A nossa meta de médio e longo prazo, é colocarmos percentagens (como tentámos atingir quase cem por cento de saneamento), as percentagens europeias, na percentagem de valorização da matéria orgânica, na valorização da recolha selectiva e nos indiferenciados que não se pode fazer nada. Portanto, são os rankings percentuais europeus que temos que ambicionar para o concelho de Aveiro, neste sentido e no que depender de nós temos duas grandes estratégias: - a valorização do ecocentro municipal e a escolha que já temos em estudo, de uma zona piloto porta-a-porta, numa área unifamiliar, valorizando sobretudo os prédios com uma espécie de ecopontos de condomínios, fazendo aqui também um condomínio ao contributo do cidadão, e do construtor, e de quem adquirir a sua nova residência, ser uma valorização da recolha selectiva.”

Membros da Assembleia

Vogal Raul Martins (PS)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal João Barbosa (PS)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira

Seguidamente a Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião que será no dia 06 de Março (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 24:00 horas do dia 03 de Fevereiro de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)